

**idp**

v. 5 n. 2

**170**

# DEBATES EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## WORKING PAPER

**DETERMINANTES DA BANCARIZAÇÃO DOS  
BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA  
NO PERÍODO PRÉ-PANDEMIA**

Renata de Souza Nardotto  
Caio Cordeiro De Resende

# DETERMINANTES DA BANCARIZAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO PERÍODO PRÉ- PANDEMIA

Renata de Souza Nardotto<sup>1</sup>

Caio Cordeiro De Resende<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Mestre em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP – Brasil. E-mail: renata.nardotto@gmail.com.

## IDP

O IDP é um centro de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão nas áreas da Administração Pública, Direito e Economia. O Instituto tem como um de seus objetivos centrais a profusão e difusão do conhecimento de assuntos estratégicos nas áreas em que atua, constituindo-se um *think tank* independente que visa contribuir para as transformações sociais, políticas e econômicas do Brasil.

### DIREÇÃO E COORDENAÇÃO

#### Diretor Geral

Francisco Schertel

#### Coordenador do Mestrado Profissional em Administração Pública

Caio Resende

### CONSELHO EDITORIAL

#### Coordenação

Paulo Castro

Renan Holtermann

Milton Mendonça

#### Supervisão e Revisão

Emmanuel Brasil

Débora Dossiatti

#### Apoio Técnico

Igor Silva

#### Projeto gráfico e diagramação

Juliana Vasconcelos

## DEBATES EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Revista Técnica** voltada à divulgação de resultados preliminares de estudos e pesquisas aplicados em desenvolvimento por professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação com o objetivo de estimular a produção e a discussão de conhecimentos técnicos relevantes na área de Administração Pública.

**Convidamos a comunidade** acadêmica e profissional a enviar comentários e críticas aos autores, visando o aprimoramento dos trabalhos para futura publicação. Por seu propósito se concentrar na recepção de comentários e críticas, a Revista Debates em Administração Pública não possui ISSN e não fere o ineditismo dos trabalhos divulgados.

**As publicações** da Revista estão disponíveis para acesso e download gratuito no formato PDF. Acesse: [www.idp.edu.br](http://www.idp.edu.br)

**As opiniões emitidas** nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IDP. **Qualquer citação** aos trabalhos da Revista só é permitida mediante autorização expressa do(s) autor(es).

# SUMÁRIO

1. Introdução	7
2. Referencial Teórico	9
2.1 Programa Bolsa Família	9
2.2 Bancarização, Inclusão Financeira e Social	11
3. Metodologia	12
3.1 Dados Utilizados	12
3.2 Modelo de Regressão Logística	14
3.3 Estatística Descritiva das Variáveis Seleccionadas	15
4. Resultados e Discussão	19
4.1 Análise Bivariada	19
4.2 Modelo Geral e por Macrorregião	23
5. Conclusão	28
6. Referências	30

## Resumo:

Este artigo objetiva verificar quais as variáveis influenciaram a bancarização dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) no ano de 2019, período que antecede a pandemia da COVID-19, e quando inexistia a compulsoriedade de abertura de conta por parte dos beneficiários do programa. Ou seja, até o ano de 2019 todos os beneficiários que recebiam o benefício do Bolsa Família através de uma conta o faziam de forma voluntária. Desta forma, a análise da base de dados compreendeu apenas o ano de 2019, esse ponto de corte nos permite visualizar os beneficiários bancarizados de forma voluntária e através a aplicação da regressão logística verificar quais as variáveis que mais influenciaram a bancarização voluntária dos beneficiários do Bolsa Família, esse diagnóstico possibilita a adoção de ações direcionadas, focadas no aumento do índice de bancarizados entre as classes de renda mais baixa da sociedade. Os dados utilizados são reais e foram fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Os resultados demonstraram que as variáveis sexo, idade, escolaridade, trabalho, valor do benefício, quantidade de pessoas na família e localização do domicílio influenciaram a bancarização voluntária dos beneficiários do programa anteriormente a pandemia. Foram encontrados alguns resultados relevantes, dentre eles na variável sexo que evidenciou a predominância das mulheres beneficiárias do PBF como bancarizadas ressaltando a relevância do programa na bancarização das mulheres, que geralmente apresentam índices menores de bancarização em relação aos homens no universo geral. Outros dados relevantes trazidos neste artigo é o maior percentual de bancarizados entre os beneficiários com maior escolaridade, a prevaência dos bancarizados entre os residentes em áreas urbanas, que os beneficiários que recebem valores maiores são mais suscetíveis a serem bancarizados, bem como os beneficiários entre a faixa etária de 25 a 45 anos estão entre o público com maior probabilidade de ser bancarizado. Esses resultados, entre os outros obtidos podem subsidiar o governo para realização de ações de educação e inclusão financeira voltadas aos perfis com menor propensão de bancarização, melhorando assim a qualidade de vida da população.

**Palavras-Chave:** Bancarização; Programa Bolsa Família; Transferência de Renda; Inclusão Financeira.

## Abstract:

This article aims to verify which variables influenced the access to banking services of beneficiaries of the Bolsa Família Program (PBF) in 2019, the period before the COVID-19

pandemic, and when there was no obligation to open an account on the part of program beneficiaries. In other words, until 2019, all beneficiaries who received the Bolsa Família benefit through an account did so voluntarily. In this way, the analysis of the database only covered the year 2019, this cut-off point allows us to visualize the beneficiaries with bank accounts voluntarily and, through the application of logistic regression, verify which variables most influenced the voluntary bank access of Bolsa beneficiaries. Family, this diagnosis makes it possible to adopt targeted actions, focused on increasing the number of bank users among the lowest income classes in society. The data used is real and was provided by the Ministry of Social Development (MDS). The results demonstrated that the variables gender, age, education, work, value of the benefit, number of people in the family and location of the household influenced the voluntary banking of program beneficiaries before the pandemic. Some relevant results were found, including the gender variable, which showed the predominance of women beneficiaries of the PBF as having bank accounts, highlighting the relevance of the program in women's access to banking services, who generally have lower rates of bank use compared to men in the general universe. Other relevant data brought in this article is the higher percentage of bank employees among beneficiaries with higher education, the prevalence of bank employees among residents in urban areas, that beneficiaries who receive higher amounts are more susceptible to being bank employees, as well as beneficiaries among the The age group of 25 to 45 years old are among the public most likely to be banked. These results, among the others obtained, can subsidize the government to carry out education and financial inclusion actions aimed at profiles with a lower propensity to use the bank, thus improving the population's quality of life.

**Keywords:** Banking; Bolsa Família Program; Income Transfer; Financial Inclusion.

## 1. INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003 pela Medida Provisória nº 132, posteriormente convertida na Lei nº 10.836, de 2004, foi desenvolvido a partir de programas anteriormente implementados para a erradicação da miséria e da fome das famílias carentes e consideradas abaixo da linha de pobreza (DA FONSECA; ROQUETE, 2018).

Em outubro de 2020, por meio da Lei nº 14.075, os beneficiários do PBF tiveram uma conta social digital aberta compulsoriamente, visando à minimização de problemas decorrentes da pandemia. Logo, todos os beneficiários do Programa Bolsa Família se tornaram automaticamente bancarizados a partir dessa data, no entanto, a bancarização voluntária observada antes da compulsoriedade pode refletir a propensão desse beneficiário a ser incluído financeiramente, uma vez que a decisão de ser inserir no sistema financeiro foi dele.

Os beneficiários que não foram bancarizados por vontade própria tendem a enfrentar alguns desafios que poderiam ser minimizados com sua inclusão financeira, muitas vezes por desconhecimento, e por não utilizar todas as facilidades que uma conta bancária traz.

A comodidade e a segurança para realizar movimentações financeiras são umas das maiores benesses em se ter uma conta, nesse tocante os beneficiários do PBF bancarizados ainda contam com a possibilidade de realizar suas compras e pagamentos com o cartão de débito, sem a necessidade de circular com dinheiro em espécie; utilizar a rede de autoatendimento bancário e internet 24 horas por dia, sem a necessidade de deslocamento a uma agência física, o que proporciona maior liberdade na movimentação dos recursos, possibilidade de poupança e programação da vida financeira.

Além disso, ter acesso aos serviços financeiros é importante para a melhoria do nível de renda e padrão de vida das pessoas (MORENO, 2007).

Em relação aos benefícios da bancarização, segundo Silveira (2023) a abertura de conta em uma instituição bancária pode promover o empoderamento individual através da autonomia para poupar, para investir e para planejar o futuro financeiro; ainda pode auxiliar na redução da pobreza e desigualdade, na medida que possibilita o acesso de camadas mais vulneráveis da população aos serviços bancários; estimula o empreendedorismo por meio do acesso ao crédito; amplia a segurança financeira da população, possibilitando acesso a serviços de seguros e previdência, contribuindo para a estabilidade e bem-estar das famílias e para a expansão e democratização através da inclusão digital possibilitando o acesso de pessoas que residem em áreas remotas e sem estrutura de canais físicos.

Diante dos desafios e benefícios apresentados, nota-se que é de grande valia para os cidadãos e para a sociedade que os beneficiários do PBF sejam incluídos financeiramente.

Assim, o objetivo principal deste artigo é identificar o perfil do beneficiário do Programa Bolsa Família voluntariamente bancarizado, isto é, identificar quais características dos beneficiários mais contribuem para sua bancarização. Através da análise do impacto das variáveis independentes sexo, escolaridade, trabalho, valor do benefício, idade, quantidade de pessoas na família e localização do domicílio, na variável dependente Bancarização de forma voluntária nos beneficiários do PBF em 2019.

O recorte temporal em 2019 foi feito para abranger apenas o período que antecedeu a pandemia da COVID-19, já que, após isso, houve a bancarização compulsória dos beneficiários com a abertura da conta poupança social digital, via aplicativo CAIXA Tem.

O presente artigo também buscou identificar as diferenças regionais relacionadas ao perfil do beneficiário bancarizado voluntariamente, assim, foram construídos modelos distintos de regressão para cada uma das macrorregiões brasileiras. Os resultados obtidos podem subsidiar o governo e instituições financeiras em ações de fomento à viabilização da inclusão financeira dessa parcela da população.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de renda condicionada, implementado no Brasil, com o objetivo de combater a pobreza e a desigualdade social. Foi desenvolvido a partir de programas anteriormente implementados para a erradicação da miséria e da fome das famílias carentes e consideradas abaixo da linha de pobreza e lançado em 2003 pelo governo federal (DA FONSECA; ROQUETE; 2018).

O Programa foi criado pela Medida Provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003, medida essa convertida em lei em 2004 - a Lei nº 10.836 - e cuja finalidade maior era o combate à pobreza e à desigualdade social, com fornecimento de assistência financeira às famílias em situação de vulnerabilidade (MDS, 2018).

O PBF foi concebido com base em três dimensões, as quais buscam contribuir para a minimização/superação “do ciclo da pobreza nas famílias, que se repete de uma geração para outra” (MDS, 2018).

A primeira dimensão diz respeito à transferência de renda direta e é essencial, porque possibilita o atendimento rápido a famílias em condição de muita pobreza e consequente vulnerabilidade social. A segunda dimensão, que são as condicionalidades, associa a transferência de renda aos compromissos assumidos pelas famílias, principalmente aqueles serviços que estão a cargo do poder público cumprir na qualidade de direitos fundamentais, como serviços de saúde e de educação. Especialmente, essa dimensão representa o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza, na seguinte lógica: crianças que cumprem as condicionalidades do PBF, ao ter acesso aos serviços de saúde e educação, poderão ter melhores condições de vida que seus responsáveis (MDS, 2018).

Adicionalmente, a finalidade da exigência de condicionalidades ou contrapartidas ou corresponsabilidades por parte das famílias é para “incentivar a demanda por serviços sociais como saúde e educação e ampliar o acesso da população mais pobre a direitos sociais básicos, incentivando expansões e melhorias na oferta desses serviços” (MEDEIROS

et al., 2007). A terceira dimensão é constituída das ações complementares, que são várias iniciativas do Estado e da sociedade em conjunto, visando ao desenvolvimento das famílias. Essas iniciativas são a cargo do poder público em todos os níveis e organizações da sociedade civil (MDS, 2018).

O programa funciona por meio do repasse de recursos financeiros diretamente às famílias que se enquadram nos já citados critérios estabelecidos, como renda *per capita* abaixo da linha de extrema pobreza e/ou pobreza, presença de crianças e adolescentes na família e frequência escolar das crianças (MDS, 2018).

De acordo com Santos e Magalhães (2012), o programa visa à promoção de melhores condições de vida para as famílias beneficiárias, com um auxílio financeiro que possa suprir suas necessidades mais básicas de alimentação, de saúde e de educação. Busca incentivar o acesso a serviços públicos e ainda estimular a inclusão produtiva, com ações complementares de capacitação e de geração de emprego e renda.

O êxito do PBF é reconhecido mundialmente por contribuir para a diminuição da pobreza e do nível de desigualdade social no Brasil (WEISSHEIMER, 2006). O Programa representa um relevante instrumento de proteção social, que permite às famílias em situação de vulnerabilidade acesso a recursos que podem melhorar sua qualidade de vida e quebrar o ciclo vicioso de pobreza. De 2003 a 2018, com 15 anos de sua implementação, o PBF beneficiou quase 14 milhões de famílias, 50% delas na região Nordeste (BANDEIRA; PRADO, 2018).

Segundo estudos realizados por Castro e Modesto (2010), apesar da necessidade de aperfeiçoamento de seu desenho (como sempre existe em qualquer programa, haja vista questões estruturais e mudanças da sociedade), uma das razões da longevidade do PBF é o fato de ele ter sido criado com foco na família e isso permitiu solucionar problemas de pulverizações orçamentárias e administrativas que permeavam os programas de transferência de renda até então.

Até 2004, ainda em fase de estruturação, o PBF atingiu cerca de 6,5 milhões de beneficiários, correspondente a 59% da população considerada pobre no país. Em 2006 o programa havia alcançado mais de 11 milhões de famílias, significando quase o dobro do público beneficiado em 2004. Em vista disso, pode-se supor que entre 2004 e 2006, a desigualdade de renda no Brasil diminuiu, uma vez o número de beneficiários do programa quase dobrou (WEISSHEIMER, 2006).

Em termos objetivos, de 2004 a 2019, a quantidade de pessoas em situação de extrema pobreza e de pobreza no Brasil reduziu de 25% para 15%. De modo especial, de 2004 a 2009, o número de residências cujos moradores se encontravam em condições de insegurança alimentar diminuiu de 33,3% para 29,4% na área urbana e de 43,6% para 35,1%, na rural (GUIMARÃES, 2022).

## 2.2 Bancarização, Inclusão Financeira e Social

Bancarização é um processo de inclusão das pessoas no sistema bancário, permitindo que elas tenham acesso a serviços financeiros básicos oferecidos por instituições financeiras. Assim sendo, segundo BACEN (2018) uma pessoa que tenha uma conta bancária, seja ela em um banco tradicional ou digital, e fez alguma movimentação nos últimos 6 meses, é considerada uma pessoa bancarizada. A bancarização é um passo importante para a promoção da inclusão financeira e para o aumento do acesso a serviços, como movimentação de contas, cartões de crédito, empréstimos, investimentos e seguros.

A bancarização encontra-se incluída no rol dos critérios relativos à cidadania, sendo considerada como uma forma de inclusão social e auxilia a refletir o dinamismo de determinada economia em relação ao nível de sua formalização. A parcela da população excluída das instituições financeiras possui dificuldade estrutural básica mais do que cultural, como por exemplo restrições cadastrais (CROCCO, 2013).

Ao longo de sua história mais recente, o Brasil se defrontou com significativos desafios relativos à bancarização, causados por questões como desigualdade social,

concentração de renda e como a falta de infraestrutura financeira em longínquas áreas do país. Porém, nestes últimos tempos, delineou-se uma preocupação em adequar os serviços ofertados às necessidades tanto dos bancarizados de longa data, como das pessoas de baixa renda recém incluídas (BACEN, 2017).

De acordo com Amorim (2010), a bancarização deve se pautar pelo princípio da inclusão social, por meio da promoção da percepção do consumidor sobre o atendimento a suas necessidades de forma simples e rápida, sendo necessário que as instituições financeiras elaborem programas de educação financeira para melhoria da qualidade de vida da população.

Corroborando com o pressuposto de que a bancarização ajuda a promoção da inclusão social e da cidadania, Feltrim et al. (2009) destacam que, quando se trata de inclusão social, a redução da pobreza, a educação, o acesso a bens públicos e a ampliação da participação na vida política e do direito e acesso ao trabalho são essenciais.

Oliveira Leite (2015) ressalta que a bancarização contribui para o desenvolvimento econômico do país, promovendo transformações que beneficiarão os excluídos do sistema financeiro. Segundo o autor, a inclusão financeira da população menos favorecidas tem potencial para aquecer fortemente a economia das áreas ou regiões nas quais essa população se concentra, ao inseri-la na economia formal e, paralelamente, possibilita ao Estado intervir fortemente nas funções basilares de bem-estar social.

Silveira (2023) relata ainda que a inclusão financeira de pessoas em situação de vulnerabilidade social é um modo eficiente de se buscar promover não só a equidade, como se alcançar a justiça social e o desenvolvimento econômico sustentável.

### **3. METODOLOGIA**

#### **3.1 Dados Utilizados**

Esse artigo utilizou dados reais, disponibilizados pelo MDS e referentes aos beneficiários ativos do Bolsa Família na posição de dezembro de 2019, período anterior à

pandemia da COVID-19 e conseqüentemente à compulsoriedade da abertura da conta social digital, estabelecida em abril de 2020.

A base de dados possui 12.972.890 registros ativos, sendo que cada registro representa um beneficiário, valendo ressaltar que a base de dados fornecida foi descaracterizada, não possuindo nenhum campo que permita identificar o beneficiário, cumprindo assim a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018. As variáveis selecionadas para desenvolvimento dos modelos foram:

- **Bancarizado:** Variável utilizada como dependente (resposta) do modelo e que consiste na informação se o beneficiário possuía conta corrente ou conta poupança em qualquer instituição financeira na posição Dezembro de 2019;
- **Sexo do Beneficiário:** Essa variável foi incluída no trabalho para verificar se existe diferença significativa entre a bancarização de homens e mulheres;
- **Sabe Ler e Escrever:** Essa variável é mensurada a partir da declaração do beneficiário que, neste caso, relata se sabe ler e escrever e pode refletir informações não mensuradas diretamente tais como a estabilidade e educação financeira;
- **Trabalhou semana anterior:** Essa variável tem o intuito de mensurar se o beneficiário possui trabalho fixo, que pode refletir informações não mensuradas diretamente tais como a estabilidade e educação financeira;
- **Valor do Benefício:** O valor do benefício pode influenciar a bancarização, uma vez que valores de benefícios mais altos tendem a ser sacados gradativamente durante o mês;
- **Idade do Beneficiário:** A idade pode refletir informações não mensuradas diretamente tais como a maturidade, a estabilidade e educação financeira;
- **Quantidade de Pessoas na Família do Beneficiário:** A quantidade de pessoas na família pode refletir a organização do beneficiário e conseqüentemente pode influenciar a bancarização.

- **Localização do Domicílio do Beneficiário:** Essa variável indica se o beneficiário mora na zona urbana ou rural;

Vale ressaltar que todos os modelos desenvolvidos nesse artigo foram compostos pelas mesmas variáveis, garantindo que as medidas de acurácia e comparabilidade entre os modelos não sejam influenciadas pela adição de diferentes informações.

Os modelos foram desenvolvidos no software SAS, ou "Statistical Analysis System", que é um sistema integrado de aplicações para a análise de dados e aplicação de técnicas estatísticas.

## 3.2 Modelo de Regressão Logística

A regressão logística, também conhecida como análise *logit*, é uma técnica multivariada utilizada para estimar a probabilidade de ocorrência de determinado evento quando a variável aleatória a ser estudada é binária, em função de um conjunto de variáveis explicativas (HAIR et al., 2009).

A fórmula da Regressão é dada por:

$$\pi(x_i) = \frac{e^{\beta_0 + \beta_1 x_{1i} + \dots + \beta_p x_{pi}}}{1 + e^{\beta_0 + \beta_1 x_{1i} + \dots + \beta_p x_{pi}}}, \quad (1.1)$$

em que  $\pi(x_i)$  pode ser interpretado como a probabilidade do  $i$ -ésimo beneficiário se tornar bancarizado, os valores de  $x_{1i}, x_{2i}, \dots, x_{pi}$  são as variáveis explicativas conhecidas e os parâmetros  $\beta_0, \beta_1, \dots, \beta_p$  são estimados.

Os parâmetros podem ser interpretados como a importância de cada variável explicativa para a ocorrência do evento em estudo (HAIR et al., 2009) e, para esse estudo, os parâmetros foram calculados por meio do método da máxima verossimilhança (HOSMER; LEMESHOW, 2000).

A presente dissertação utilizou o método *Stepwise* para seleção de variáveis, tendo em vista que esse método permite excluir variáveis que se tornam não significativas após inclusão de novas variáveis no modelo (HAIR et al., 2009).

### 3.3 Estatística Descritiva das Variáveis Seleccionadas

Conforme já relatado anteriormente, a base de dados utilizada foi a de beneficiários ativos do Bolsa Família na posição de dezembro de 2019, totalizando 12.972.890 registros. Com intuito de conhecer a base de dados e verificar se as variáveis seleccionadas são consistentes para fazer parte dos modelos a serem desenvolvidos, foram calculadas as estatísticas descritivas das variáveis.

Para as variáveis qualitativas foram obtidas as frequências e para as variáveis quantitativas foram mensuradas as estatísticas média, mediana, máximo, mínimo e quartis da distribuição, sendo que os resultados, mensurados pela distribuição geral e por macrorregião, estão dispostos nas Tabelas de 1 a 3 a seguir:

Tabela 1 – Distribuição da quantidade de beneficiários por macrorregião.

Macrorregião	Frequência	Percentual	Frequência Acumulada	Percentual Acumulado
Centro-Oeste	588.934	4,54	588.934	4,54
Nordeste	6.699.880	51,65	7.288.814	56,18
Norte	1.684.466	12,98	8.973.280	69,17
Sudeste	3.255.511	25,09	12.228.791	94,26
Sul	744.099	5,74	12.972.890	100,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Em relação à distribuição geográfica dos beneficiários, pode-se notar que as regiões Nordeste e Sudeste eram as que mais possuíam beneficiários do Bolsa Família na posição de dezembro de 2019, com destaque para o Nordeste, com mais de 50% do total de beneficiários.

# debates em administração pública

Tabela 2 – Distribuição da Frequência de Beneficiários por Bancarização, Sexo, Alfabetização, Domicílio e Trabalho Recente

		Centro-Oeste		Nordeste		Norte		Sudeste		Sul		Total	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Bancarização	Não Bancarizado	389.086	66,1%	4.343.506	64,8%	1.144.812	68,0%	2.359.529	72,5%	510.714	68,6%	8.747.647	67,4%
	Bancarizado	199.848	33,9%	2.356.374	35,2%	539.654	32,0%	895.982	27,5%	233.385	31,4%	4.225.243	32,6%
Sexo	Masculino	48.190	8,2%	801.137	12,0%	179.774	10,7%	365.580	11,2%	85.866	11,5%	1.480.547	11,4%
	Feminino	540.744	91,8%	5.898.743	88,0%	1.504.692	89,3%	2.889.931	88,8%	658.233	88,5%	11.492.343	88,6%
Alfabetizado	Sim	551.527	93,7%	5.936.314	88,6%	1.552.351	92,2%	3.077.343	94,5%	703.381	94,5%	11.820.916	91,1%
	Não	37.407	6,4%	763.565	11,4%	132.115	7,8%	178.165	5,5%	40.718	5,5%	1.151.970	8,9%
Domicílio	Urbana	501.925	85,9%	4.237.793	63,3%	1.107.984	65,8%	2.820.254	87,9%	602.220	81,9%	9.270.176	71,8%
	Rural	82.695	14,2%	2.454.442	36,7%	575.008	34,2%	390.087	12,2%	133.247	18,1%	3.635.479	28,2%
Trabalho Recente	Sim	248.119	42,1%	2.748.257	41,0%	759.579	45,1%	1.104.961	33,9%	227.466	30,6%	5.088.382	39,2%
	Não	340.764	57,9%	3.951.137	59,0%	924.709	54,9%	2.150.338	66,1%	516.552	69,4%	7.883.500	60,8%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Como se nota pela análise da Tabela 2, 32,6% do total de beneficiários do Bolsa Família eram considerados bancarizados em 2019. Entre as regiões, o Sudeste possuía o menor percentual de bancarização (27,5%), seguido pelo Sul (31,4%), Norte (32%), Centro-Oeste (33,9%) e Nordeste (35,2%). Os resultados são coerentes com IPEA (2013) e com o relatório de Inclusão Financeira do BACEN (2015a) que atribui a maior bancarização dos Nordestinos ao fato da larga presença e utilização de correspondentes bancários nessa região.

Com relação ao sexo, nota-se uma distribuição muito similar entre as 5 regiões, com predominância de beneficiárias do sexo feminino (89%-92%) em todas as regiões. Esses resultados são esperados tendo em vista que o programa privilegia as mulheres no pagamento dos benefícios com a finalidade de contribuir para a ampliação do bem-estar da família e, ao mesmo tempo, dar autonomia feminina no espaço doméstico e nas comunidades locais (MDS, 2018, p. 10).

A variável “Saber ler e escrever” é um dado primário indicativo de escolaridade, declarado no momento do registro no beneficiário no CadÚnico para indicar as condições mínimas para se lidar com as questões do programa. Os resultados também possuem distribuição similar nas 5 regiões, com o percentual de indivíduos alfabetizados entre 89% e 95%, sendo esse percentual mais elevado nas regiões Sul e Sudeste (94,5%).

Já a variável referente ao local de domicílio apresenta maior variação entre as regiões: enquanto nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste o percentual de população urbana gira em torno de 82% e 88%, nas regiões Norte e Nordeste esse percentual reduz para 63% e 66%. Considerando todo o país, o percentual de beneficiários residentes em regiões urbanas é de 71,8%.

Finalizando com a variável “trabalho recente” indica se os beneficiários trabalharam ou não na semana anterior à coleta de dados. Nota-se que apenas 39,2% dos beneficiários reportaram terem trabalhado na semana anterior. O Norte é a macrorregião que possui o

maior percentual de beneficiários que trabalharam na semana anterior (45,1%) e o Sul, o menor (30,6%).

A Tabela 3 a seguir apresenta a distribuição de frequência de três outras variáveis: valor do benefício, idade e número de pessoas na família que, por se tratar de variáveis contínuas, foram mensuradas as estatísticas média, máximo, mínimo e os quartis da distribuição.

Tabela 3 – Estatísticas Descritivas das Variáveis Valor do Benefício, Idade e Número de Pessoas na Família

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Total	
<b>Valor do Benefício (R\$)</b>	Média	170	195	212	180	171	191
	Máximo	1.336	1.514	1.692	1.446	1.248	1.692
	Q3	212	253	260	226	212	253
	Mediana (Q2)	171	171	178	171	170	171
	Q1	91	130	130	91	91	123
	Mínimo	41	0	41	0	41	0
<b>Idade</b>	Média	37	38	36	39	38	38
	Máximo	108	116	118	117	103	118
	Q3	44	46	43	47	46	46
	Mediana (Q2)	36	37	35	37	36	37
	Q1	28	29	28	30	28	29
	Mínimo	16	16	16	16	16	16
<b>Pessoas na Família</b>	Média	3	3	4	3	3	3
	Máximo	18	21	20	17	17	21
	Q3	4	4	4	4	4	4
	Mediana (Q2)	3	3	3	3	3	3
	Q1	2	2	2	2	2	2
	Mínimo	1	0	1	0	1	0

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Com relação ao valor recebido, observa-se que a média foi de R\$ 191,00 por beneficiário, com os maiores valores sendo observados nas regiões Norte e Nordeste. Esses valores normalmente são impactados por diversas variáveis que norteiam o desembolso por beneficiário, as quais incluem: a composição familiar, a renda per capita e a situação

socioeconômica dos beneficiários, bem como algumas condições específicas que podem ser transitórias ou não, como gestantes, lactantes, crianças e adolescentes. Vale ressaltar que atualmente o PBF tem o valor mínimo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) e ainda possui bônus de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) para cada criança de até 7 anos da unidade familiar e ainda foi acrescentado o valor adicional de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por integrante da família com idade entre 7 e 18 anos ou gestante, conforme nova Cartilha do Programa Bolsa Família, (MDS, 2023).

Com relação à idade média, a média da amostra foi de 38 anos. Nesse caso, não foi observada grande variação entre as regiões, identificando um perfil etário muito próximo, independentemente de outras condições regionais. Observa-se que, pela base de dados, há beneficiários de 16 a 118 anos de idade. Cabe ressaltar que a concessão de benefício para beneficiários menores de idade é permitida caso o menor seja emancipado.

O cenário é similar no caso da variável número de pessoas na família. As distribuições se assemelham nas regiões do país, tendo discrepância pequena apenas no valor máximo. A quantidade de pessoas que compõem uma unidade familiar é uma das variáveis que integra a formação do valor do benefício por beneficiário, levando em consideração não somente o número de pessoas, como suas características: idade, presença de gestantes e crianças. É um dado essencial para o cumprimento de um dos principais propósitos do programa que é a proteção dos beneficiários da vulnerabilidade social e extrema pobreza no Brasil.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 Análise Bivariada

A análise bivariada tem o objetivo de verificar se as variáveis candidatas a fazerem parte do modelo de regressão discriminam a variável resposta, que neste caso é o beneficiário bancarizado. A sua aplicação também auxilia a criar a categorização das

variáveis preditoras de acordo com seu comportamento e, como consequência, criar as variáveis *dummies* que irão compor os modelos.

A métrica utilizada para obter o percentual de bancarização de cada categoria gerada é denominada Risco Relativo e é mensurada através da seguinte fórmula:

$$\frac{\frac{\text{Total de beneficiários bancarizados na categoria}}{\text{Total de beneficiários bancarizados}}}{\frac{\text{Total de beneficiários não bancarizados na categoria}}{\text{Total de beneficiários não bancarizados}}} \quad (2.1)$$

Observa-se pela fórmula (2.1) que o risco relativo é obtido por meio do percentual de beneficiários bancarizados da categoria com relação ao total de beneficiários bancarizados dividido pelo percentual de beneficiários não bancarizados da categoria com relação ao total de beneficiários não bancarizados. Assim, quanto maior o valor do Risco Relativo maior é a quantidade de beneficiários bancarizados na categoria. Resultados próximos a 1 indicam que a categoria é neutra em relação à bancarização e resultados abaixo de 1 indicam que a categoria possui maior quantidade de beneficiários não bancarizados.

A categorização das variáveis candidatas a compor o modelo foi realizada da seguinte forma: para variáveis que possuem poucos atributos foi calculado o Risco Relativo para todos os possíveis valores e, em seguida, agrupados os atributos com valores de Risco Relativo próximos. Para as variáveis quantitativas com número grande de valores possíveis foram criadas 20 categorias iniciais, baseadas nos percentis da distribuição e, em seguida, essas categorias também foram agrupadas de acordo com o valor do Risco Relativo. Após realizado esse procedimento, notou-se que algumas variáveis discriminam melhor os beneficiários bancarizados do que outras, no entanto, decidiu-se permanecer com todas as variáveis no estudo. A categorização final e o Risco Relativo das categorias estão expostos na tabela 4:

Tabela 4 – Categorização e Risco Relativo das Variáveis Independentes

	Categorização	Risco Relativo	Quantidade de Não Bancarizados	Quantidade de Bancarizados	Total
Sexo	Masculino	0,63068	1.134.843	345.704	1.480.547
	Feminino	1,0551	7.612.804	3.879.539	11.492.343
Alfabetizado	Sim	1,0394	7.869.941	3.950.975	11.820.916
	Não	0,6469	877.706	274.268	1.151.974
Domicílio	Urbana	1,0432	6.164.248	3.105.928	9.270.176
	Rural	0,897	2.583.399	1.119.315	3.702.714
Trabalho Recente	Sim	1,0543	3.371.506	1.716.876	5.088.382
	Não	0,966	5.376.141	2.508.367	7.884.508
Valor do Benefício	<= R\$ 100,00	0,776	2.274.538	852.543	3.127.081
	> R\$ 100,00	1,0787	6.473.109	3.372.700	9.845.809
Idade	Menos que 20 ou Maior que 55	0,5712	1.072.985	296.028	1.369.013
	Entre 20 e 25 ou entre 45 e 55	0,9306	2.632.762	1.183.367	3.816.129
	Entre 25 e 45	1,1275	5.041.900	2.745.848	7.787.748
Pessoas na Família	Menor que 3	0,8513	3.450.862	1.418.962	4.869.824
	Igual a 3	1,0281	2.434.915	1.209.142	3.644.057
	Maior que 3	1,1554	2.861.870	1.597.139	4.459.009

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Conforme resultados expostos na Tabela 4, nota-se que as mulheres beneficiárias do PBF possuem maior propensão a serem bancarizadas do que os homens. Esse resultado pode estar relacionado com a orientação adotada no PBF, de que a titularidade do benefício seja preferencialmente feminina (SILVA, 2018).

Esses resultados são interessantes e relevantes pois, segundo Relatório de Inclusão Financeira do BACEN (2015), homens possuem 32,6% maiores chances de ter acesso à conta que as mulheres em situação igual. Este *deficit* de gênero preocupa, pois as mães são, muitas vezes, as principais responsáveis pelo cuidado da família e, segundo Demirgüç-Kunt et al. (2022), mesmo o Brasil tendo altas taxas de abertura de contas bancárias, em sua maioria aqueles cidadãos que ainda não possuem conta bancária são mulheres.

Os beneficiários que sabem ler e escrever são mais bancarizados do que os que não sabem ler e escrever, o que era esperado tendo em vista que indivíduos com maior nível educacional tendem a ter uma maior compreensão dos serviços financeiros e, portanto, estão mais propensos a utilizar esses serviços. Segundo Demirgüç-Kunt et al. (2022, p. 28), a titularidade de contas bancárias entre adultos menos instruídos é baixa e, nas economias em desenvolvimento, essas pessoas têm em média 14% menos de probabilidade de ter uma conta bancária do que as que cursaram o ensino médio.

Os beneficiários que moram em áreas urbanas são mais bancarizados do que os que moram na zona rural. O resultado também está em linha com o esperado, considerando que em algumas regiões rurais do país, o acesso a serviços bancários pode ser limitado, restringindo e ocasionando taxas mais baixas de bancarização.

Também para a variável trabalho recente encontramos uma diferença relevante: os beneficiários que trabalharam na semana anterior ao questionário são mais bancarizados do que os que não trabalharam ou não responderam. O fato de se ter trabalho impacta diretamente a renda do beneficiário, logo, pessoas com maior renda têm maior probabilidade de estar bancarizadas, uma vez que muitos serviços financeiros tradicionais têm requisitos de renda mínima. Iniciativas como o PBF, podem promover a inclusão

financeira, reduzindo essa disparidade, tornando os serviços financeiros mais acessíveis para a população de baixa renda.

Com relação à variável valor do benefício, os beneficiários que recebem mais de R\$100,00 de benefício são mais bancarizados do que os que recebem R\$100,00 ou menos. O resultado faz sentido pois se o beneficiário não possuir uma conta bancária, é necessário realizar o saque de uma só vez, assim, possuir uma conta bancária permite saques fracionados e uso do cartão na função débito, sem precisar sacar o benefício completo. (MDS, 2018).

Ainda, de acordo com a Tabela 4, os beneficiários com idade entre 25 e 45 anos são os mais bancarizados, seguidos da faixa 20 a 25 e 45 a 55 anos. Conforme dados do Censo 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na faixa etária entre 25 e 45 anos de idade está concentrada a maior parte da população brasileira e, de acordo com os resultados encontrados, políticas para fomentar a bancarização e a inclusão financeira nessa faixa etária poderão lograr resultados positivos e ações mais drásticas devem ser tomadas para aculturação de cidadãos em outras faixas etárias.

Finalmente, ainda de acordo com a Tabela 4, os beneficiários com menos do que 3 pessoas da família são menos bancarizados, seguido dos beneficiários com 3 pessoas na família. Os beneficiários com mais de 3 pessoas na família são os mais bancarizados. Esse resultado por estar relacionado aos benefícios variáveis do PBF, que elevam os valores recebidos mensalmente, fazendo com que as famílias utilizem uma conta bancária para não precisar sacar o benefício de uma só vez.

## 4.2 Modelo Geral e por Macrorregião

O modelo geral foi desenvolvido utilizando toda a base de dados, ou seja, os 12.972.890 registros. Uma vez que o objetivo do estudo é verificar quais variáveis influenciam a bancarização dos beneficiários do Bolsa Família, a base de dados não foi dividida em amostras de desenvolvimento e validação.

As variáveis utilizadas no modelo foram todas as *dummies* criadas a partir das categorizações apresentadas na Tabela 4. Utilizando o método de seleção de variáveis *stepwise*, as variáveis com p-valor abaixo de 0,10 (nível de significância de 90%) e que foram selecionadas para compor o modelo final de regressão logística (modelo global) se encontram na Tabela 5.

Tabela 5 – Variáveis finais do modelo global e respectivos coeficientes na regressão logística

Variáveis	Descrição	Coeficientes	Desvio Padrão	P-valor	Odds Ratio
Intercepto	Intercepto	-2,0609	0,0034	<.0001	-
d_tot_ben2	> R\$ 100,00	0,1188	0,0017	<.0001	1,1260
d_idade2	Entre 20 e 25 ou entre 45 e 55	0,3993	0,0024	<.0001	1,4910
d_idade3	Entre 25 e 45	0,5190	0,0023	<.0001	1,6800
d_qt_pessoas2	Igual a 3	0,0130	0,0016	<.0001	1,0130
d_qt_pessoas3	Maior que 3	0,1171	0,0016	<.0001	1,1240
d_locdomic1	Zona Urbana	0,1436	0,0014	<.0001	1,1540
d_sexo2	Feminino	0,3472	0,0022	<.0001	1,4150
d_ler1	Sabe ler	0,3389	0,0023	<.0001	1,4030
d_trab1	Trabalhou semana anterior	0,0896	0,0012	<.0001	1,0940

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Note-se que todas as variáveis do estudo, representadas por suas *dummies*, foram selecionadas para compor o modelo final de regressão geral. A nomenclatura das variáveis *dummies* respeitam a ordem da nomenclatura das categorias expostas na Tabela 4, por exemplo, a *dummy* d\_idade3 representa a categoria de idade maior do que 25 e menor ou igual a 45, conforme pode ser observado no campo Descrição da tabela acima.

A variável resposta Y tem como evento a ocorrência da bancarização (Y=1) sendo que o resultado obtido pelo modelo é a probabilidade de ocorrência desse evento. Assim, observa-se que todos os coeficientes da regressão geral se mostraram coerentes, uma vez que as categorias de cada variável com maior Risco Relativo (Tabela 4) apresentaram coeficientes maiores em relação às demais categorias da mesma variável.

As variáveis que mais influenciam a probabilidade de o beneficiário se tornar bancarizado são: idade, sexo e sabe ler e escrever respectivamente, sendo que a classe d\_idade3 (idade entre ]25; 45]) é a que possui o maior coeficiente (0,5190), seguido da d\_idade2 (idade entre ]20; 25] ou ]45; 55]), com coeficiente 0,3993, sexo feminino, com coeficiente 0,3472 e sabe ler e escrever, igual a Sim com coeficiente 0,3389.

Em relação ao resultado da estatística *Odds Ratio* ou Razão de Chances, que mensurada pela razão entre a chance de ocorrência do evento de interesse sobre a chance de não ocorrência desse evento, observa-se que a variável d\_idade3, que representa Idade entre 25 e 45 anos é a que obteve o maior valor de *Odds Ratio* (1,68), seguido da variável d\_idade2, representando Idade entre 20 e 25 ou entre 45 e 55 (1,49), e da variável d\_sexo\_2, Sexo Feminino (1,41), com o terceiro maior valor, ou seja, a chance de uma Mulher ser bancarizada é 1,41 maior do que um Homem ser bancarizado.

Esse diagnóstico pode auxiliar o governo ou entidades na definição de políticas públicas para inclusão financeira, com foco na educação financeira e/ou treinamentos para os perfis com menor probabilidade de se tonarem bancarizados.

Após obtenção do modelo global, o próximo passo foi a construção dos modelos por macrorregião, visando identificar as diferenças regionais e assim, possibilitar maior assertividade na definição de políticas públicas distintas para cada região. Para fins de comparabilidade dos modelos, decidiu-se aplicar as mesmas variáveis e categorizações do modelo global, cujos resultados estão demonstrados na tabela 6.

Tabela 6 – Variáveis finais dos modelos regionais e respectivos coeficientes

Variáveis	Descrição	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-Oeste
Intercepto	Intercepto	-2,2502*	-2,0414*	-2,2442*	-2,0395*	-2,2139*
d_tot_ben2	> R\$ 100,00	0,1394*	0,1632*	-	0,0690*	0,0739*
d_idade2	Entre 20 e 25 ou entre 45 e 55	0,3698*	0,3830*	0,3213*	0,3811*	0,4541*
d_idade3	Entre 25 e 45	0,4789*	0,4577*	0,4935*	0,5142*	0,5603*
d_qt_pessoas2	Igual a 3	0,0372*	0,0090*	0,0686**	0,0350*	0,0506*
d_qt_pessoas3	Maior que 3	0,1760*	0,1353*	0,1712*	0,1465*	0,1430*
d_locdomic1	Zona Urbana	0,3330*	0,0797*	0,3057*	0,2162*	0,2709*

d_sexo2	Feminino	0,3701*	0,2054*	0,3857*	0,3950*	0,3065*
d_ler1	Sabe ler	0,2869*	0,2582*	0,4287*	0,4088*	0,3965*
d_trab1	Trabalhou semana anterior	0,0842*	0,0726*	0,0769*	0,0696*	0,1230*

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS.

\*p-valor <.0001

\*\*p-valor = 0,0076

A tabela 6 contém os modelos finais de todas as macrorregiões, contemplando todas as variáveis contidas, as quais se mostraram significantes, com p-valor <.0001.

Em relação à variável total do benefício 2 (d\_tot\_ben2), que compreende a faixa de benefício Maior do que R\$100,00, entre as regiões, ela possui maior influência nas regiões Sudeste e Sul, não se mostrou significativa para a região Norte e tem menor peso nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. Esse achado é relevante, por demonstrar que o valor do benefício não é relevante em relação à probabilidade de o beneficiário ser bancarizado na região Norte e que o perfil do beneficiário bancarizado se altera entre as regiões.

Em relação à variável idade do beneficiário, representada no modelo por duas variáveis *dummies*, essa foi a que mais influência demonstrou na probabilidade de o cliente se tornar bancarizado (maior coeficiente) em todas as macrorregiões. Aponta a possibilidade dessa variável ser levada em consideração no momento da definição de públicos-alvo para educação financeira. Também para os bancos, em sua abertura a clientes com menores rendimentos, no sentido de oferecerem produtos adaptados a suas necessidades.

Em relação à variável quantidade de pessoas na família, os coeficientes variaram pouco de uma região para outra. Mas esse resultado já era esperado, uma vez que a estatística descritiva apontara a semelhança da distribuição dessa variável entre as regiões (tabela 3). Em relação à variável local do domicílio, nota-se que os coeficientes se mostraram semelhantes para todas as regiões, exceto na região Sudeste, cujo valor encontrado foi de 0,0797, enquanto para todas as outras regiões o valor está acima de 0,20.

Em relação à variável sexo, seguindo o modelo global, ela constituiu uma das mais importantes do modelo, com coeficientes variando de 0,2054 a 0,3950. O menor valor foi o da região Sudeste, demonstrando que o sexo da pessoa é menos importante para a probabilidade de bancarização do beneficiário em relação às demais regiões e reforçando, mais uma vez, a importância de se observar as diferenças regionais para a definição de políticas públicas para a inclusão financeira dos beneficiários do Bolsa Família.

Em relação à variável sabe ler e escrever, os coeficientes se mostraram menores para as regiões Sul e Sudeste (em torno de 0,25), enquanto nas demais regiões ele apresentou valores próximos a 0,40. Em relação à variável trabalho a semana anterior, os coeficientes se mostraram semelhantes para todas as regiões, exceto para a região Centro-Oeste, com o maior coeficiente. Seu valor foi de 0,1230, enquanto o das outras regiões ficou abaixo de 0,085.

Tabela 7 – Odds Ratio das variáveis finais dos modelos regionais

Variáveis	Descrição	Sul	Sudeste	Norte	Nordeste	Centro-Oeste
d_tot_ben2	> R\$ 100,00	1,1500	1,1770	-	1,0710	1,077
d_idade2	Entre 20 e 25 ou entre 45 e 55	1,4480	1,4670	1,3790	1,4640	1,575
d_idade3	Entre 25 e 45	1,6140	1,5800	1,6380	1,6720	1,751
d_qt_pessoas2	Igual a 3	1,0380	1,0090	1,0710	1,0360	1,052
d_qt_pessoas3	Maior que 3	1,1920	1,1450	1,1870	1,1580	1,154
d_locdomic1	Zona Urbana	1,3950	1,0830	1,3580	1,2410	1,311
d_sexo2	Feminino	1,4480	1,2280	1,4710	1,4840	1,359
d_ler1	Sabe ler	1,3320	1,2950	1,5350	1,5050	1,487
d_trab1	Trabalhou semana anterior	1,0880	1,0750	1,0800	1,0720	1,131

Fonte: Elaboração própria a partir de dados fornecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social – MDS.

A Tabela 7 contém os *Odds Ratio* de cada variável que compõe os modelos finais de todas as macrorregiões.

Assim como observado no modelo geral, a variável d\_idade3, que representa Idade entre 25 e 45 anos é a que obteve o maior *Odds Ratio* para todos os modelos.

Nota-se ainda que a variável com o segundo maior valor de *Odds Ratio* varia de acordo com a região, reforçando as diferenças regionais.

## 5. CONCLUSÃO

Esse artigo teve como objetivo principal verificar quais variáveis que influenciam a bancarização do beneficiário do programa social Bolsa Família. Os resultados obtidos demonstraram que as variáveis Sexo do Beneficiário, Sabe Ler e Escrever, Local do domicílio do beneficiário, trabalhou na semana anterior, Valor do benefício, Idade do Beneficiário e Quantidade de Pessoas na Família do Beneficiário influenciam a probabilidade do beneficiário se tornar bancarizado, excetuando a variável Valor total do benefício especificamente na região Norte, pois ela não se mostrou significativa no modelo regional.

Pode-se concluir também que existe diferença entre a influência dessas variáveis para cada região, uma vez que os coeficientes das regressões obtidas para cada região são distintos.

Cada resultado individualmente pode ser um alavancador de políticas que fomentem o aumento da bancarização como forma de inclusão social e posterior Inclusão financeira. Quando analisamos cada resultado auferido, verificamos que é possível implementar diversas ações que impactem nos índices de bancarização da população de baixa renda aqui representados pelos beneficiários do PBF, bem como sejam também ações de inclusão social.

Um dos principais resultados encontrados nesse artigo, que é o alto índice de bancarização entre as mulheres, o que já nos demonstra como ações pontuais geram resultados expressivos, pois um dos pilares do PBF desde sua implantação em 2003 é a preferência do cadastramento das mulheres como beneficiárias do programa, esse preceito se reverteu no maior percentual de mulheres bancarizadas no programa, trazendo um resultado diferente do que se é observado quando analisada a população em geral, sendo

as mulheres como predominantemente a maioria desbancarizadas quando comparadas com homens na mesma situação social.

Foi verificado também que os beneficiários alfabetizados têm mais propensão a serem bancarizados que os não alfabetizados, essa constatação pode propiciar a implementação de ações específicas para os não alfabetizados, como minicursos ou palestras oferecidos pelos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), mutirões de abertura de contas e ações de educação financeira para essa população, que não somente tenha o intuito de bancarizar mais também possa ser fomentadora de inclusão social.

Outro fato relevante demonstrado nesse artigo é a predominância de beneficiários bancarizados que são domiciliados em área urbana em relação aos domiciliados em área rural, esse dado pode ajudar na construção de parcerias entre governos e instituições financeiras que visem fomentar a expansão de correspondentes bancários nas regiões rurais do país, que facilitem o acesso e o atendimento à população da zona rural, contribuindo para o bem estar, comodidade, segurança e inclusão para a população domiciliada em área rural.

Da mesma forma propor ações específicas para os beneficiários com idade superior a 45 anos, considerando que conforme os resultados encontrados a faixa etária de 25 a 45 anos é onde se encontra a maior parte dos beneficiários bancarizados. Notadamente um índice crescente do envelhecimento da população brasileira, ações de bancarização para esse público seriam muito oportunas, como por exemplo no impacto sobre os problemas de mobilidade que atinge essa população mais idosa, principalmente nos grandes centros.

Os resultados encontrados podem ser relevantes para subsidiar o governo e instituições no desenvolvimento de políticas públicas e fomento à inclusão financeira dessa parcela da população, e as ações acima mencionadas são apenas algumas que podem ser desenvolvidas, sendo importantes para a inclusão financeira e contribuiriam para amenizar alguns problemas sociais recorrentes.

Vale ressaltar que os modelos apresentados não podem ser generalizados para toda a população brasileira, uma vez que a amostra conteve apenas beneficiários do Programa

Bolsa família, assim, o uso deles para outras parcelas da população pode produzir resultados incorretos.

Como sugestão para trabalhos futuros, podem ser desenvolvidos modelos para outros recortes da base, com o intuito de obter maior assertividade na definição de estratégias para bancarização, a depender do interesse do governo/entidades.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Ione. Inclusão bancária no Brasil. 2010. Disponível em: <https://idec.org.br/em-acao/artigo/inclusao-bacaria-no-brasil>. Acesso em: 11 nov. 2023.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN). Relatório de cidadania financeira. Brasília, 2015. Disponível em: [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br). Acesso em: 10 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. Relatório de Inclusão Financeira, n. 3. 2015a. Disponível em: <https://inclusaofinanceira.bcb.gov.br>. Acesso em: 25 nov. 2023.

\_\_\_\_\_. Novos indicadores devem ajudar BC a avaliar preparo do brasileiro para usar serviços financeiros. 2017. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/detalhenoticia/51/noticia>. Acesso em: 10 mai. 2023.

\_\_\_\_\_. O que é cidadania financeira? Definição, papel dos atores e possíveis ações. Brasília, 2018. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/Informacoes\\_gerais/conceito\\_cidadania\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Informacoes_gerais/conceito_cidadania_financeira.pdf). Acesso em: 10 mai. 2023.

BANDEIRA, Raphaella; PRADO, Maria Carolina. A mediatização do debate de transferência de renda nas campanhas eleitorais brasileiras para Presidência da República em 2018. Agenda do Bolsa Família. In: Bolsa Família 15 Anos (2003-2018). ENAP, Brasília, 2018.

BRASIL. Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003. Dispõe sobre a criação do Programa Bolsa Família e dá outras providências. Convertida na Lei nº 10.836, de 2004. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/antigas\\_2003/132.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/132.htm). Acesso em: 06 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004. Dispõe sobre a criação do Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa\\_familia/leis/Lei%2010836.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/leis/Lei%2010836.pdf).

Acesso em: 06 jun. 2023.

CASTRO, Jorge Abrahão; MODESTO, Lúcia. Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, 2010.

CROCCO, Marco Aurélio; SANTOS, Fabiana; FIGUEREDO, Ana. Exclusão financeira no Brasil: uma análise regional explanatória. Revista de Economia Política, vol. 33, no 3, pp. 505-526, 2013.

DA FONSECA, Ana Maria Medeiros; ROQUETE, Claudio. Proteção social e programas de transferência de renda: Bolsa Família. Proteção Social e Transferência de Renda, São Paulo, 2018.

DEMIRGÜÇ-KUNT, Asli; KLAPPER, Leora; SINGER, Dorothe; ANSAR, Saniya. The Global Findex Database 2021: Financial Inclusion, Digital Payments, and Resilience in the Age of COVID-19. Washington, DC: World Bank, 2022. doi:10.1596/978-1-4648-1897-4. License: Creative Commons Attribution CC BY 3.0 IGO.

FELTRIM, L. E.; VENTURA, E. C. F.; DODL, A. V. B. (Coord.). Perspectivas e desafios para a inclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores. Brasília: Bacen, 2009.

GUIMARÃES, Cátia. O Brasil se despede do Bolsa Família. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/o-brasil-se-despede-do-bolsa-familia>. Acesso em: 13 jun. 2023.

HAIR JR., J. F.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. Análise multivariada de dados. 6a ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HOSMER, D. W.; LEMESHOW, S. Applied logistic regression. 2nd ed. New York: John Wiley & Sons, 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Organizadores: Tereza Campello e Marcelo Côrtes Neri. Brasília, 2013.

MDS. Manual do Pesquisador. Programa Bolsa Família, 2018. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/manual\\_do\\_pesquisador\\_gestao\\_bolsa\\_familia\\_semlogo.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/manual_do_pesquisador_gestao_bolsa_familia_semlogo.pdf). Acesso em: 09 jun. 2023.

MDS. Cartilha do Bolsa Família. Brasília, janeiro/2023. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/2\\_Acoes\\_e\\_Programas/Bolsa\\_Familia/Cartilha/Cartilha\\_Bolsa\\_Familia.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/MDS/2_Acoes_e_Programas/Bolsa_Familia/Cartilha/Cartilha_Bolsa_Familia.pdf). Acesso em: 09 jun. 2023.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. Novos Estudos CEBRAP, p. 5-21, 2007.

MORENO, L. A. Oferecendo serviços financeiros à população de baixa renda da América Latina. The McKinsey Quarterly, Edição Especial, 2007.

OLIVEIRA LEITE, Luiz Augusto. A busca da inclusão financeira através da bancarização pública brasileira. Hegemonia: Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unieuro, n. 15, p. 151-153, 2014.

SANTOS, Cláudia Roberta Bocca; MAGALHÃES, Rosana. Pobreza e política social: a implementação de programas complementares do Programa Bolsa Família. Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, p. 1215-1224, 2012.




SILVA, Tiago Falcão. Bolsa Família 15 Anos (2003-2018). Brasília: Enap, 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3647>. Acesso em: 02 mai. 2023.

SILVEIRA, Camila. Como a inclusão financeira pode ser propagada no Brasil? 17 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.foregon.com/blog/inclusao-financeirana-brasil/>. Acesso em: 01 jun. 2023.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Editoria Fundação Perseu Abramo, 2006.

The logo for IDP (Instituto de Desenvolvimento Pessoal) is the lowercase letters 'idp' in a bold, white, sans-serif font. It is centered on a dark blue background that features a complex, glowing grid of light blue lines that create a sense of depth and perspective, resembling a 3D wireframe structure.

SGAS Quadra 607 - Módulo 49  
Via L2 Sul, Brasília-DF  
CEP: 70200-670

  /sejaidp  
 (61) 3535-6565  
 idp.edu.br